



Ilustríssimo (a) Senhor (a) Pregoeiro (a)
Comissão Permanente de Licitação – CPL
**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANGUÁ
E ANTONINA (“APPA”), DO ESTADO DO
PARANÁ/PR**

Assunto: Pregão Eletrônico nº 150/2025 – Recurso contra habilitação.
Recorrente: CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA.
Recorrida: ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES EPP.

CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.499.902/0001-80, com sede à Rodovia PR 412-Engenheiro Darci Gomes Moraes, nº 1394, na cidade de Pontal do Paraná, CEP 83.255-000, neste ato representada nos termos do seu contrato social, por seu advogado¹ ao final subscrito, com endereço na Avenida Anita Garibaldi, nº 850, sala 211-C, Ahú, Curitiba/PR, CEP 80540-180, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO



Em face da decisão proferida pelo Pregoeiro, que entendeu equivocadamente pela classificação e habilitação a empresa *Recorrida* ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES EPP., pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. SINTESE DA DEMANDA

Cuida-se de processo licitatório, cujo objeto é a empresa contratação de especializada para a manutenção preventiva e corretiva de limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, incluindo o transporte e a destinação final dos resíduos e efluentes nas áreas sob responsabilidade da “APPA”.

Destaca-se que no dia 20 de janeiro de 2025, o presente Edital foi **devidamente** impugnado pela *Recorrente*, a qual sustentou questionamentos acerca **dos pontos ausentes, omissos e sem qualquer de clareza**, quais sejam:

¹ Doc. 2 – Procuração

-  No que se refere a ausência de exigências pertinentes ao cumprimento da legislação especial;
-  Carência de estabelecimento de critérios mínimos operacionais (qualificação técnica), dos licitantes;

Assim, pugnou pela retificação do edital, com o objetivo de correção e exigências de erros verificados, com o objetivo de resguardar a Administração Pública de empresas desqualificadas. Consequentemente, a APPA, entendeu por não realizar qualquer retificação do edital.

Apesar da ausência de retificação do instrumento convocatório, após apontamentos importantes que criaram óbice à realização da disputa, por que deixa de estabelecer critérios essenciais na condução do certame, ferindo dispositivos legais que regem o processo licitatório, a *Recorrente* participou da sessão pública.

Após o encerramento da sessão, a proposta da empresa *Recorrida* fora classificada, consequentemente, sua habilitação se deu em razão de suposto cumprimento de requisitos de participação exigidos no edital.

Nesse viés, a honrada comissão procedeu com a sua habilitação, tendo sido manifestada intenção de recurso pela *Recorrente*, uma vez que a *Recorrida*, **não apresentou documentos de habilitação exigidos conforme o edital.**

Assim, a ora *Recorrente* insurge-se contra habilitação da referida empresa mencionada, devendo a decisão ser reformada, posto que a referida empresa arrematante, embora não tenha cumprido integralmente as exigências estabelecidas no edital, foi indevidamente classificada e habilitada, o que configura um desrespeito às normas que regulam o certame.

Dessa maneira, tal decisão não apenas contraria os princípios fundamentais da Lei de Licitações nº 14.133/2021, mas também compromete a integridade e a competitividade do processo licitatório. Logo, a empresa **ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES EPP.**, falhou em atender requisitos essenciais, o que justifica a presente demanda, conforme restará demonstrado a seguir.

2. DIREITO APLICÁVEL

2.1. Tempestividade

Está previsto no Edital que eventuais interposições de recursos, devem ser apresentadas em até 3 (*três*) dias úteis após manifestação de intenção de recurso.

13. DOS RECURSOS

13.1. Qualquer licitante poderá, após a declaração do vencedor da disputa, pelo pregoeiro, manifestar a intenção de recorrer, via Sistema, de forma motivada, em campo próprio;

13.1.1. O sistema aceitará as manifestações de intenção de recurso no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a declaração do licitante vencedor.

13.2. Ao recorrente será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir de sua manifestação de interesse na interposição de recurso para apresentação das razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13/02/2025 15:31:56:307	PREGOEIRO	À CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI - ME, de acordo com o item 13.2. do edital seu prazo para encaminhar as suas razões é de 03 (três) dias úteis ou seja até o final do dia 18/02/2025. Obs. razões poderão ser encaminhadas via email conforme endereço
13/02/2025 15:33:40:175	PREGOEIRO	eletrônico no item 13.3. do edital, esclarecemos que o nosso portal da transparência ainda não está preparado para recebimento de recursos, qualquer dúvida favor contatar 0xx 41 3420 13

Informa-se que a empresa *Recorrente* manifestou sua intenção, dessa forma, é tempestiva a apresentação das presentes alegações, visto que apresentada dentro do prazo legal, qual seja, 18 de fevereiro de 2025.

3. DIREITO APLICÁVEL

3.1. Cumprimento ao princípio da Legalidade

Sabidamente, o processo licitatório tem entre suas finalidades, procurar a proposta mais vantajosa para a Administração, tal como proporcionar um elevado nível de competitividade e igualdade de tratamento entre os participantes do certame, de forma a garantir o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, eficiência e isonomia.

Os preceitos dos princípios norteadores dos processos licitatórios devem sempre prevalecer em qualquer contratação a ser realizada pela Administração Pública.

Nesse viés, as exigências de habilitação têm por finalidade demonstrar a existência legal da empresa, legitimidade de sua representação e aptidão para assumir obrigações, conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui as exigências legais definidas na Lei de Licitações e leis especiais, caso se sagre vencedor do certame.

Assim, a apresentação da habilitação exigida, tem como intuito demonstrar que os licitantes cumprem com as exigências jurídicas. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de habilitação, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado conforme determinações legais.

É importante destacar que a Lei de Licitações nº 14.133/2021 reforça a obrigatoriedade de cumprimento das disposições editalícias e dos princípios que regem as licitações.

Nessa linha, os princípios administrativos possuem natureza **vinculatória ao procedimento licitatório**, cujo inobservância tem efeito de **nulidade** do procedimento. Dessa feita, tratando-se de regras constantes de instrumento convocatório, deverá sempre haver vinculação a elas, *in verbis*:

Art. 5º As licitações serão processadas e julgadas com estrita observância dos princípios básicos da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, e nos termos desta Lei e das normas pertinentes.²

O artigo 5º, dispõe que os processos licitatórios devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e segurança jurídica. A decisão do Pregoeiro, ao habilitar indevidamente a empresa ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES EPP, viola diretamente esses princípios.

O artigo 18 da mesma lei ainda especifica que o edital deve conter todas as informações necessárias para que os licitantes possam apresentar suas propostas e documentos de maneira adequada, sem qualquer tipo de ambiguidade:

Art. 18 O edital ou aviso de chamamento público conterá todas as informações necessárias para que os licitantes possam apresentar suas propostas de maneira clara e objetiva, sem margem a interpretações divergentes.

Assim, trata-se, na verdade, de princípios inerentes a toda e qualquer licitação, com o objetivo de evitar não só futuros descumprimentos das normas especial e do edital, mas, também, o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tal como o princípio legalidade.

Logo, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é, portanto, uma garantia de que a Administração Pública atuará de forma transparente e objetiva. Ele assegura que todos os participantes do certame estão submetidos às mesmas regras e condições, evitando discriminações e favorecimentos. A doutrina é unânime em afirmar que o descumprimento desse princípio não apenas compromete a lisura do processo, mas também pode acarretar em sanções para a Administração e até na anulação da licitação.

Veja-se que, a vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.³

Ainda, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é, sem dúvida, um dos mais importantes para a condução de processos licitatórios justos e eficientes, que deverá ser devidamente ponderado e executado. A sua observância garante a previsibilidade, a segurança jurídica e a igualdade entre os concorrentes, valores essenciais para a credibilidade da Administração Pública.

² Lei nº 14.133/2021.

³ CARVALHO FILHO, 2016, p.340.

Ademais, o edital do certame foi explícito ao exigir que todas as empresas participantes apresentassem, de forma inequívoca, a documentação comprobatória de sua qualificação técnica. Tal exigência tem como objetivo garantir que apenas empresas devidamente qualificadas e em conformidade com a legislação possam participar do processo, assegurando assim a execução adequada do objeto licitado.

A jurisprudência recente tem se posicionado de forma firme no sentido de que a inobservância das exigências editalícias deve resultar na desclassificação da empresa faltosa. Decisões dos Tribunais de Contas e dos Tribunais de Justiça reforçam a necessidade de estrita observância ao edital e aos princípios que regem as licitações. A doutrina também é uníssona ao afirmar que o descumprimento do instrumento convocatório compromete a legalidade e a moralidade do certame, devendo ser prontamente corrigido.

A empresa *Recorrida*, ao deixar de apresentar a documentação necessária, demonstrou falta de capacidade técnica e regularidade, requisitos essenciais para a execução do objeto licitado. A habilitação de uma empresa que não comprova tais requisitos coloca em risco a execução do contrato e pode resultar em prejuízos para a Administração Pública e para a coletividade. A desclassificação da empresa é, portanto, medida que se impõe para garantir a lisura e a segurança do processo licitatório.

Diante do exposto, no presente caso constam diversas irregularidades na habilitação apresentada pela empresa *Recorrida* em descumprimento ao instrumento convocatório e normais especiais, que serão demonstrados nos próximos tópicos, sendo imperativo que a Administração Pública adote todas as medidas necessárias para corrigir a irregularidade constatada e garantir a lisura do procedimento licitatório.

3.2. A importância de análise minuciosa do atestado de capacidade técnica do vencedor da licitação - Índícios de irregularidade – Necessidade de diligência

Inicialmente, cumpre discorrer sobre importância de qualificação técnica ser devidamente comprovada pelos proponentes, pois somente assim é possível de mitigar riscos a administração pública de empresas sem a necessária capacidade para execução do serviço a ser contratado.

Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr⁴ descreve que a “*Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.*”

Por isso, ao analisar esse documento, a o r. Pregoeiro deverá verificar a veracidade de tal documento, além disso, se de fato atesta a compatibilidade entre seus objetos.

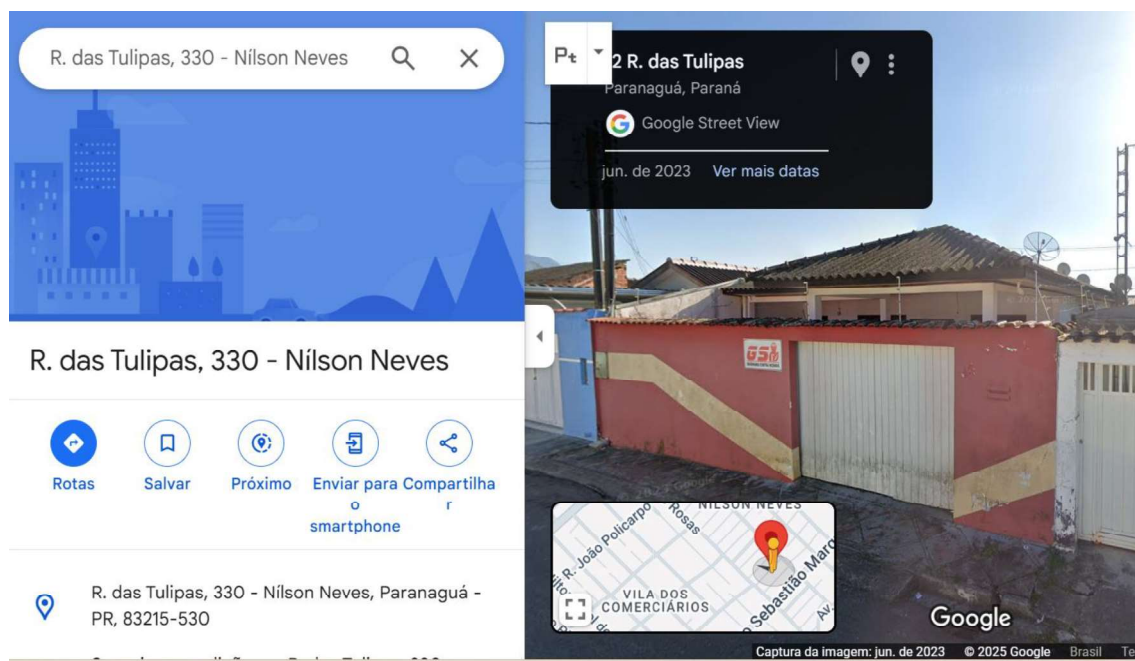
Ocorre que a empresa *Recorrida* apresenta atestado de capacidade técnica emitido pela empresa GIOVANI JOSE GASPAR STEFANES ME., empresário individual, com

⁴ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, p. 233.

o fito de habilitar no presente certame que chama considerável atenção, ainda, demonstra diversos aspectos, minimamente, suspeitos, aos quais devem ser promovidas as necessárias diligências a fim de averiguar a veracidade do aludido documento.

O primeiro aspecto de relevância a ser observado se dá pelo fato de quantitativo elevado descrito no atestado, visto que, a sede de empresa trata-se de localidade modesta, logo, é contestável a questão de tantos quantitativos serem executados em um único só lugar.

Tem-se ainda que os serviços seriam executados na “Sede da empresa contratante”. Questionável um empresário individual necessitar de vultuosos serviços.



Ainda, por imagens e por breve e rasa verificação, presencialmente, tem-se que inexistente qualquer vestígio dos serviços prestados, conforme menciona em atestado técnico.

Diante dos fortes indícios de inexistência dos serviços prestados e declarados em atestado técnico, urge a necessidade de quem sejam promovidas as diligências necessárias a fim de esclarecer os indícios apresentados.

É de clareza salutar que a *Recorrida* apresentou atestado de capacidade técnica, cujo conteúdo não transparece ser verídico. Desta forma já tem se manifestado nossos Tribunais, veja-se:

Fraude

Os conselheiros deram razão à alegação da representante de que os atestados de capacidade técnica apresentados pela CCK, que venceu o certame, não cumpriram os requisitos mínimos fixados no edital da disputa.

O documento emitido pela Prefeitura de Guaíra - antiga contratante da empresa -, por exemplo, dá a entender que a companhia realizou a varrição, a cada mês, de uma área de 1.319,76 quilômetros quadrados naquele município. Contudo, conforme esclarecido pelo mesmo ente público quando chamado a manifestar-se no processo, esse espaço foi trabalhado pela interessada ao longo de todo o período contratual.

Como a área mensal a ser varrida, conforme estabelecido no instrumento convocatório do certame, era de 1.574 quilômetros quadrados, ficou evidente que o atestado apresentado não demonstrava a capacidade técnica mínima exigida pelo Município de Marechal Cândido Rondon. O mesmo ocorreu, de forma inequívoca, com outro documento apresentado, este expedido pela Prefeitura de Pato Bragado. Dessa forma, o relator do processo, conselheiro Durval Amaral, **concluiu que a CCK agiu de má-fé, fraudando, na prática, a disputa**. Ele também censurou a conduta dos responsáveis pelo procedimento licitatório, por terem deixado de esclarecer a ambiguidade presente nas informações contidas no referido documento encaminhado pela empresa.

Decisão

Como resultado, o conselheiro votou pela emissão de duas determinações à Prefeitura de Marechal Cândido Rondon. De acordo com a primeira, o município não deve prorrogar o contrato firmado com a CCK, caso este ainda esteja vigente. **Já a segunda impõe que a administração realize diligências para esclarecer ou complementar eventuais informações controversas que possam ser novamente apresentadas por empresas interessadas quando da instrução de seus futuros certames, conforme previsto no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei de Licitações.**

Por fim, Durval Amaral defendeu o encaminhamento, pela Corte, de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR), para que o órgão possa avaliar o cabimento de eventual propositura de ação penal relativa ao caso.

Os demais membros do Tribunal Pleno do TCE-PR acompanharam, de forma unânime, o voto do relator na sessão virtual nº 9, concluída em 27 de agosto. Cabe recurso contra a decisão contida no Acórdão nº 2232/20 - Tribunal Pleno, veiculado no dia 10 de setembro, na [edição nº 2.378 do Diário Eletrônico do TCE-PR \(DETC\)](#).⁵

Decisão

Ao fundamentar seu voto, o relator do processo, conselheiro Augustinho Zucchi, ressaltou que foi demonstrado no processo, como fato incontroverso, a falsidade do atestado que teria sido emitido pela empresa Idata, que afirmou expressa e categoricamente que nunca havia contratado a empresa representada.

Além disso, Zucchi destacou que há indícios de que o atestado emitido pela empresa UTS também é falso, como a incompatibilidade do vulto do contrato com a constituição da empresa no dia anterior ao início dos serviços e com o capital social da empresa, além de possível inexistência do local onde os serviços teriam sido prestados durante todo o período de duração do contrato.

O conselheiro explicou que, com a exclusão dos atestados cuja efetiva prestação de serviços não foi comprovada, a experiência da empresa restaria atestada de fevereiro de 2020 a dezembro de 2021, período inferior aos três anos de experiência exigido no edital, o que configura fraude em informação relevante quanto à capacidade técnica da empresa.

O relator lembrou que a experiência é elemento de extrema relevância nos contratos de terceirização de mão e obra, pois eles envolvem riscos diversos, em particular na área trabalhista, com histórico de rescisões.

⁵ Acesso em 16 de fevereiro de 2025: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-pr-declara-inidonea-empresa-que-venceu-licitacao-com-atestado-enganoso/8334/N>

Os conselheiros aprovaram o voto do relator por maioria absoluta, na Sessão de Plenário Virtual nº 6/24 do Tribunal Pleno do TCE-PR, concluída em 11 de abril, na qual o conselheiro Fabio Camargo apresentara voto divergente.

O TCE-PR determinou, ainda, a concessão de acesso aos autos ao Ministério Público Estadual, para atuação dentro da sua esfera de competência em relação à apresentação do atestado falso no Pregão Eletrônico nº 4/22 do Município de Ponta Grossa; e à Receita Federal do Brasil, em razão da possível ocorrência de fraudes fiscais quanto aos serviços declarados no atestado emitido pela empresa UTS.

A decisão, contra a qual cabem recursos, está expressa no Acórdão nº 933/24 - Tribunal Pleno, disponibilizado em 18 de abril na [edição nº 3.191 do Diário Eletrônico do TCE-PR \(DETC\)](#). Processo nº: 170774/22. Acórdão nº 933/24 - Tribunal Pleno⁶

No caso em tela, é dever desta Ilma. CPL em conferir a Autenticidade da Certidão apresentada. Portanto, havendo fortes indícios de apresentação de atestado de capacidade técnica, cujo conteúdo não seja verdadeiro, faz-se necessário promoção de diligência como apresentação de Notas Fiscais, contrato entre as partes, além de outras demonstrações cabais de que os serviços foram de fato prestados.

Logo, reforça o poder judicante do pregoeiro e do agente de contratação na medida em que no exercício de sua atribuição tem **o poder-dever de observar o alcance dos objetivos da licitação**.

Destarte, a diligência não está condicionada a autorização prévia no instrumento convocatório ou ao pleito do particular, em verdade deve ser realizada de ofício visando salvaguardar a Supremacia do Interesse Público, todavia, nada impede que na omissão deste haja provocação do interessado para sua realização e quando suscitada será **obrigatória**, excetuada a decisão motivada e satisfatória que justifique a negativa. Isto porque, é inquestionável, a realização da diligência depende de autorização da autoridade competente, ocorre que a negativa deve estar revestida de justificativa que demonstre a ausência de sua realização.

Mister evidenciar que a realização de diligência não **visa beneficiar licitante admitido em licitação após superada as dúvidas inicialmente existentes em seus requisitos de classificação ou habilitação**, ou prejudicar aqueles em que a diligência conduziu a sua exclusão. O objetivo nuclear é ampliar o universo de competição daqueles que **efetivamente preenchem** os requisitos exigidos

Portanto, ignorar o dever em promover diligências, torna-se uma clara afronta aos princípios basilares do processo administrativo, a fim de evitar a transgressão aos princípios de ampla concorrência e da busca, far-se-á totalmente necessário o esclarecimento dos documentos apresentados pela *Recorrida*.

Diante desses indícios, em consonância aos princípios administrativos ora aplicáveis, a *Recorrente* solicita que sejam realizadas para que seja certificada a suficiência do documento apresentado.

⁶ Acesso em 16 de fevereiro de 2025: <https://m.tce.pr.gov.br/noticias/noticia.aspx?codigo=11335>

3.3. Licença Ambiental apresentada em desacordo com o escopo do objeto licitado

No presente caso, o presente instrumento convocatório é claro em exigir a seguinte documentação:

11.7.1. A empresa classificada deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação referente à qualificação técnica e ambiental, a licitante deverá apresentar:

d) Apresentar Licença Ambiental ou Dispensa de Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente, **que comprove que a empresa esteja apta para realizar os serviços solicitados neste edital;**

As empresas licitantes devem atender a integralidade do objeto lícitado, não apenas em parte.

Logo, as empresas licitantes devem apresentar documentação de acordo com o objeto para a manutenção preventiva e corretiva de limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, incluindo o transporte e a destinação final dos resíduos e efluentes.

Nesse sentido, a empresa habilitada apresentou licença ambiental apenas para atividade para atividades de transporte de resíduos perigosos e não perigosos (Classe I e II), desentupidora, limpa fossa e coleta e transporte de esgoto doméstico.

Explica-se.

Conforme demonstrado anteriormente, o objeto lícitado não limita-se apenas ao **transporte de resíduos**, sendo que, esse inclui também manutenção preventiva e corretiva, limpeza e desobstrução de drenagem pluvial e esgoto sanitário, atividades para as quais o Instituto Água e Terra (IAT) também emite licença específica. No referido licenciamento ambiental da empresa, não abarca as demais atividades lícitadas, tampouco a destinação final desses resíduos.

Em atenção ao processo de análise para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, limpeza e desobstrução de drenagem pluvial e esgoto sanitário, destaca-se que a empresa **Recorrida** não está apta a fornecer os serviços mencionados, em razão da ausência da **Autorização Ambiental** necessária para a destinação final dos resíduos, conforme a legislação vigente no Estado do Paraná.

Conforme a **Portaria IAP nº 212/2019**⁷, o Estado do Paraná, por meio do **Instituto Água e Terra (IAT)**, instituiu o sistema de gestão e movimentação de resíduos sólidos denominado **SGA/MR** desde março de 2017. Este sistema integra os processos de **Autorização Ambiental** e de **Licenciamento Ambiental**, sendo obrigatório para os geradores de resíduos em determinadas situações.

⁷ <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=382463>

A partir de 1º de janeiro de 2021, os geradores que devem requerer **Autorização Ambiental** devem registrar e enviar os dados de movimentação de resíduos nos sistemas SGA/MR e MTR/SINIR.

Além disso, é importante destacar que, conforme o **Art. 4º da Portaria IAP nº 212/2019**, a movimentação, o transbordo, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados e destinados no Estado do Paraná, bem como aqueles gerados em outros estados e destinados ao Paraná, estão sujeitos à Autorização Ambiental. A falta dessa autorização impossibilita a regularização das atividades mencionadas, conforme os termos da referida legislação.

De acordo com a regulamentação do **Instituto Água e Terra (IAT)**, no Estado do Paraná, atividades como a **limpeza e desobstrução de sistemas de drenagem pluvial e esgoto** podem sim exigir **licenciamento ambiental**.

Em geral, o licenciamento ambiental é exigido quando há manipulação de resíduos ou potencial impacto ambiental, como ocorre em atividades de desobstrução ou limpeza de sistemas de drenagem, que podem envolver o descarte de resíduos sólidos e líquidos.

A **Portaria IAP nº 212/2019** define que a movimentação de resíduos sólidos, incluindo o tratamento e destinação final, deve ser realizada conforme as normas ambientais, com a necessidade de **Autorização Ambiental** para o **transbordo, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final** dos resíduos.

Dessa maneira, posto que a empresa **Ari Valdir** não apresentou a documentação necessária, incluindo a Autorização Ambiental ou licenciamento ambiental que abrange a integralidade do objeto licitado, não cumpre os requisitos legais exigidos para a prestação dos serviços relacionados.

3.4. Ausência de registro no órgão competente dos profissionais indicados

Nesse contexto, o edital estabeleceu, de forma clara e objetiva, a necessidade de comprovação de profissional técnico devidamente registrado no órgão competente, por meio da apresentação da certidão individualizada de registro do profissional no CREA ou no conselho correspondente.

Cumpramos ressaltar que, conforme parecer do próprio CREA/PR, para comprovar o registro de um profissional junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), o documento oficial é a **Certidão de Registro e Quitação**.

Esta certidão atesta que o profissional possui registro ativo e está em dia com suas obrigações perante o conselho. No CREA-PR, por exemplo, a Certidão de Registro é válida por

180 dias; porém, se emitida entre outubro e março, sua validade estende-se até 31 de março do ano seguinte.⁸

Além disso, a **Carteira de Identidade Profissional** emitida pelo CREA também serve como comprovação do registro profissional. Esta carteira contém informações sobre a habilitação do profissional e é reconhecida oficialmente como documento de identidade em todo o território nacional.

Portanto, para atender às exigências legais e regulamentares, é fundamental que o profissional apresente a Certidão de Registro e Quitação ou a Carteira de Identidade Profissional emitida pelo CREA, comprovando seu registro ativo e regularidade junto ao conselho.

No presente caso, com base na análise do edital e documento anexados pela empresa habilitada, verifica-se que o instrumento convocatório exige a apresentação de responsável técnico, devidamente registrado no órgão competente, com vínculo comprovado com a empresa licitante. **Ademais, é estabelecido que a ausência de qualquer documento exigido na fase de habilitação implica a inabilitação do licitante.**

Dessa forma, caso a empresa *Recorrida* não apresentou a certidão individualizada de registro do profissional no CREA ou no conselho competente do Sr. Wesley e da Sra. Silvia, apresentando apenas o vínculo com o profissional Wesley, e CAT da profissional Silvia, logo, evidencia-se o descumprimento do edital e da Lei nº 14.133/2021, a qual exige a comprovação da qualificação técnica como requisito essencial para a participação em licitações.

Portanto, impõe-se a imediata inabilitação da referida empresa, uma vez que a ausência desse documento inviabiliza a aferição da capacidade técnica exigida para a execução do objeto contratual. A manutenção da *Recorrida* na disputa, sem a devida comprovação da habilitação técnica **por meio de documentos indicados pelo próprio Conselho CREA**, além de contrariar o princípio da legalidade, afronta a isonomia entre os participantes do certame, permitindo que uma empresa sem a qualificação devida concorra em situação de vantagem indevida sobre as demais.

3.5. Processo digital – assinatura digitalizadas

Desde o final dos anos 1980, as licitações eram 100% presenciais, não havia questionamento a respeito da validade de assinatura de próprio punho. Em muitos casos era necessário reconhecer firma em cartório, principalmente para provar quem realmente estava assinando o documento.

Apesar dessas exigências, as fraudes nas assinaturas eram constantes, pois nem sempre a firma reconhecida era confiável. Com o advento das licitações digitais, mais

⁸ Acesso em 17 de fevereiro de 2024: https://www.crea-pr.org.br/portaldeservicos/obter-comprovacao-da-situacao-de-registro-certidao-de-registro-profissional/?utm_source=chatgpt.com

especificadamente o Pregão Eletrônico, inicialmente não havia nenhuma rejeição com as assinaturas escaneadas.

O processo consistia em fazer uma proposta de preços no processador de Texto MS Word (ou similar) posteriormente, transformá-lo em arquivo PDF e só então que se copiava e colava a assinatura.

Entretanto, esta forma de **assinatura ensejou várias fraudes**, até mesmo de pessoas que nem sabiam que sua assinatura estava sendo utilizada em um atestado ou em uma proposta.

Atualmente, os editais de licitação já informam que assinaturas escaneadas serão causa de desclassificação do licitante. O que nos resta, assim, é a assinatura eletrônica ou digital.

Para adentrarmos nos méritos jurídicos podemos citar a RESOLUÇÃO Nº 233, de 4 de agosto de 2010, publicada no DOU de 11.08.2010, que:





Dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico e demais serviços eletrônicos ofertados por meio de solução denominada TCU-eletrônico (e-TCU), e altera as Resoluções - TCU nº 170, de 30 de junho de 2004, nº 175, de 25 de maio de 2005, e nº 191, de 21/06/2006.

Art. 10. Os documentos eletrônicos produzidos no TCU terão garantia de autoria, autenticidade e integridade asseguradas, nos termos da lei, mediante utilização de assinatura eletrônica nas seguintes modalidades:

I - assinatura digital baseada em certificado digital, de uso pessoal e intransferível, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); ou

II - assinatura mediante login e senha. § 1º Em caso de impossibilidade técnica, os documentos poderão ser produzidos em papel e assinados de próprio punho pela pessoa competente, devendo a versão assinada ser digitalizada e inserida na solução de tecnologia da informação do e-TCU, com a pertinente certificação digital. (Parágrafo alterado pela Resolução nº 312/2020 - DOU 19/03/2020)

Logo, veja-se a diferença entre a ASSINATURA DIGITAL e a ASSINATURA ESCANEADA e como meio de informação:

-  ASSINATURA DIGITAL: é uma assinatura eletrônica. É certificada pela ICP-Brasil, que comprova a autoria da firma e utiliza criptografia para associar o documento assinado ao usuário. Essa assinatura, equivale a uma assinatura de próprio punho, reconhecida em cartório;
-  ASSINATURA ESCANEADA: é apenas uma digitalização de uma assinatura manuscrita. Não possui validade jurídica e não é considerada uma assinatura digital. É o que diz a Resolução-TCU 233/2010, art. 10, alterada pela Resolução-TCU 312/2020. Como o art. 10 tem um viés de Licitação Pública, podemos entender que, nas licitações, o licitante deverá atender aos seguintes critérios:
-  Assinatura Escaneada não será aceita (não tem Validade Jurídica);
-  Assinatura Digital: É a assinatura aceita nas licitações públicas, por ser a mais confiável e equivale a assinatura de próprio punho com firma reconhecida em cartório.

No presente caso, todas as declarações apresentadas pela empresa Recorrida foram de formas escaneadas:








A Valdir Atividades Ambientais
CNPJ: 84.998.921/0001-85
Valdir do Nascimento Lopes
RG: 3.160.628-4

Portanto, se trata descumprimento aos termos da Resolução-TCU 233/2010, art. 10, devendo culminar com a INABILITAÇÃO da empresa FN DE ALMEIDA – ITEM 35, pois em sua Proposta de Preços e nas DECLARAÇÕES apresentadas, estão apenas com ASSINATURA ESCANEADA e a mesma não pode ser aceita, por não ter Validade Jurídica

3.6. Ausência de comprovação operacional junto a integralidade do objeto lícitado

Nos termos do **item 16 do Termo de Referência**, é exigida a apresentação de **atestado ou declaração de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de objeto com **características semelhantes ao contratado, ou seja, a licitante deverá apresentar capacidade operacional que atende a integralidade do objeto lícitado, não apenas em parte.**

Ocorre que a empresa *Recorrida* limitou-se a apresentar comprovação técnica para serviços de **sucção com caminhão combinado de hidrojateamento e sucção de boca de lobo**, deixando de comprovar experiência na **totalidade do objeto** exigido no certame, especialmente nos seguintes serviços:

-  Diária de caminhão para sucção (vácuo);
-  Diária de caminhão para sucção de hidrojateamento (caminhão combinado);
-  Serviços de desobstrução de sistema de esgoto com máquinas rotor rooter ou equivalente;
-  Desobstrução com CO₂;
-  Manutenção preventiva e corretiva.

A ausência de atestado técnico que abranja **todas as atividades** compromete a regularidade da habilitação da empresa, afrontando o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório** e os dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente o artigo 67, que exige que a Administração exija dos licitantes a comprovação da aptidão técnica pertinente e compatível com o objeto do contrato.

Ainda, conforme análise do edital e termo de referência, a legislação aplicável prevê que somente para aqueles itens cujo valor individual seja igual ou superior a 4% do valor total estimado do contrato é que se exigirá a comprovação por meio de atestados.

Essa medida visa concentrar o rigor da análise técnica nos elementos que possam impactar de forma mais relevante a execução do objeto, evitando a imposição desnecessária de exigências para itens de menor valor, o que garante maior economicidade, eficiência e proporcionalidade no procedimento licitatório.

Dessa maneira, no presente caso, a empresa *Recorrida* deixou de apresentar aptidão técnica no que se refere a integralidade do edital. Verifica-se, portanto, que a *Recorrida* não atende às exigências contidas no edital, tampouco suas determinações, razão pela qual a empresa deve ser desclassificada e inabilitada do certame nos termos da lei de licitações, entendimento do Tribunal de Contas do Paraná e dos itens do instrumento convocatório.

Por fim, sob pena de ilegalidade decorrente do desrespeito aos termos do Edital, requer a imediata reforma do ato impugnado, com a DESCLASSIFICAÇÃO e INABILITAÇÃO da empresa declarada vencedora que claramente descumpra os termos do Edital, sob pena de ilegalidade e representação perante os órgãos competentes.

4. **PEDIDOS**

ISTO POSTO, requer-se a Vossa Excelência:

- 4.1. O recebimento do presente recurso administrativo, haja vista a sua tempestividade;
- 4.2. O acolhimento e PROVIMENTO do presente recurso, para que a empresa Recorrida seja totalmente inabilitada, posto que não atende integralmente à qualificação técnica exigida, pois não demonstrou experiência em todas as atividades essenciais descritas no termo de referência, bem como a promoção de diligências;
- 4.3. Que todas as publicações, notificações e intimações sejam realizadas em nome do Dr. Gabriel Cardoso Galli, inscrito na OAB/PR nº 72.367, pelo endereço eletrônico controladoria@gabrielgalli.adv.br.

PEDE DEFERIMENTO

Curitiba, 17 de fevereiro de 2025

**GABRIEL
CARDOSO
O GALLI**

Assinado digitalmente por GABRIEL
CARDOSO GALLI
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB,
OU=15769640000138, OU=VideoConferencia, OU=Assinatura Tipo
A3, OU=ADVOGADO, CN=GABRIEL
CARDOSO GALLI
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.02.17 17:11:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1

Gabriel Cardoso Galli
OAB/PR 72.367

PROCURAÇÃO

Outorgante: **CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA EPP.**, com nome de fantasia denominado HP MULTISERVICE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.499.902/0001-80, com sede na Rodovia PR 412 Engenheiro Darci Gomes de Moraes, nº 1.394, bairro Balneário Praia de Leste, em Pontal do Paraná/PR – CEP: 83.255-000, neste ato representada por CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.501.756-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob o nº 004.786.489-36, residente e domiciliada na Rua Modesto Mendes, 348, Bairro Caioba, Matinhos/PR.

Outorgados: **GABRIEL CARDOSO GALLI** (gabriel@gabrielgalli.adv.br), brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-PR sob n.º 72.367, sócio da GABRIEL GALLI- SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.713.263/0001-09 e na OAB/PR sob o nº 7.286, e **LUCAS ALMEIDA VAZ DO NASCIMENTO** (lucas@gabrielgalli.adv.br), brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-PR sob n.º 92.691, associado da GABRIEL GALLI- SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.713.263/0001-09 e na OAB/PR sob o nº 7.286, com sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 850, sala 211-C, bairro Ahú, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 840540-180, endereço eletrônico (controladoria@gabrielgalli.adv.br), onde recebe notificações e intimações;

Poderes: Com todos os poderes contidos na cláusula AD JUDICIA, para promover a defesa dos direitos e interesses do outorgante no foro geral ou fora dele, podendo promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providências e ter acesso a documentos de qualquer natureza e perante quaisquer órgãos, públicos ou não, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, bem como reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber, dar quitação, passar recibos, concordar ou discordar, firmar compromisso, levantar ou receber RPV e alvarás, tudo para fielmente desempenhar o presente mandato em todos os seus termos e em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015, **sobretudo para representar a outorgante em processos licitatórios.**

Curitiba, 18 de outubro de 2024



Documento assinado digitalmente
CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA
Data: 18/10/2024 12:18:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA EPP.

